



Anais da Assembleia

Nº 162

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 04 DE DEZEMBRO DE 1991.

ANO XVI

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 135ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 1991

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Puddell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Tadeu Lúcio Machado, João Preis, José Afonso Júnior, José Artur Ritti, José Tavares, João Iensen, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Rossoni, Severino Félix e Toti Colação (48). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Alves, Nilton Barbosa, Nilton César, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo e Renato Adur (06).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Offício:

OFÍCIO

Senhor Presidente.

O Deputado que assina o presente, atendendo solicitação partidária, deve se dirigir à Brasília nesta data.

Para tanto, comunica a ausência em

Plenário e respeitosamente, requer todas as providências administrativas.

Sala das Sessões, em 04.12.91.

(a) PLAUTO MIRO GUIMARÃES

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Para representar na C.P.I. que apurará irregularidades no processo autorizatório do aumento de passagens de ônibus, indico o meu nome como integrante da mesma, na qualidade de membro da Bancada do P.S.D.B.

Sala das Sessões, em 04.12.91.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

Líder da Bancada do P.S.D.B.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 3326

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei nº 556/91 (Mensagem nº 135/91), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 81.451.000,00 ao orçamento da Secretaria de Estado da Administração, para atender despesas com aquisição de veículos.

Sala das Sessões, em 04.12.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3327

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei nº 557/91 (Mensagem nº 136/91), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 16.502.000,00 ao orçamento da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, para dar cobertura às despesas efetuadas pelo CEASA/PR e repasse para as Prefeituras Municipais de Irati e Colorado.

Sala das Sessões, em 04.12.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3328

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei n° 559/91 (Mensagem n° 138/91), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 120.000.000,00 ao orçamento da Secretaria de Estado da Fazenda, para atender despesas com o Banco do Estado do Paraná S/A (integralização de capital social).

Sala das Sessões, em 04.12.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 3329

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei n° 560/91 (Mensagem n° 139/91), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 118.000.000,00 ao orçamento da FUNDEPAR, para atender despesas de construção, ampliação, reconstrução, melhorias, equipamentos, reparos e conservação de prédios públicos.

Sala das Sessões, em 04.12.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 3330

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei n° 561/91 (Mensagem n° 140/91), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 200.000.000,00 ao orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, para dar cobertura a despesas de custeio da programação do Departamento de Estradas de Rodagem.

Sala das Sessões, em 04.12.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 3331

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei n° 558/91 (Mensagem n° 137/91), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 148.309.000,00 ao orçamento da Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR, para atender despesas com outras transferências a

pessoas.

Sala das Sessões, em 04.12.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 3332

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei n° 555/91 (Mensagem n° 134/91), de autoria do Poder Executivo, que autoriza àquele Poder, a efetivar a participação acionária do Estado do Paraná na sociedade comercial Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A (FERROESTE).

Sala das Sessões, em 04.12.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 3334

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 04.12.91

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI.

REQUERIMENTO N° 3335

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei n° 172/91, de sua autoria, que declara e estabelece critérios e normas para a execução da Política Habitacional do Estado do Paraná e autoriza o Poder Executivo a criar e dotar de recursos orçamentários o FUNDO PARANAENSE DE HABITAÇÃO POPULAR - FPHP.

Sala das Sessões, em 04.12.91

(a) JOSE AFONSO JUNIOR.

REQUERIMENTO N° 3343

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei n° 562/91.

Sala das Sessões, em 04.12.91

(a) LOURENÇO FREGONESE.

REQUERIMENTO N° 3344

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem no uso de suas atribuições regimentais, requerem a elevação para 09 (nove) o número

de membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída no dia 27.11.91, que irá apurar possíveis irregularidades no processo autorizatório do aumento das passagens de ônibus intermunicipais.

Sala das Sessões, em 04.12.91

(aa) JOÃO ARRUDA,
LUIZ CARLOS ALBORGHETTI,
TADEU LÓCIO MACHADO,
ROSSONI,
ADEMAR TRAIANO,
JOÃO IENSEN,
EMÍLIA BELINATI,
HEINZ HERWIG,
COLOMBINO GRASSANO,
ANTONIO ANNIBELLI,
ARLINDO TROIAN,
ELIO RUSCH,
DOUTOR ROSINHA,
JOSE AFONSO JÚNIOR,
OVIDIO CONSTANTINO,
NELSON JUSTUS,
ERNANI PUDELL,
DUILIO GENARI,
PAULO MAIA,
MARIO BEZERRA
e LOURENÇO FREGONESE.

REQUERIMENTO N° 3345

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a inversão para discussão e votação da Ordem do Dia marcada para a Sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 04.12.91

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI.

REQUERIMENTO N° 3324

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Roberto Requião - DD. Governador do Estado do Paraná, objetivando a realização de estudos para viabilizar a construção de um contorno da Cidade de Mandaguari, partindo da BR-376 até a PR-444.

Sala das Sessões, em 04.12.91

(a) JOÃO PREIS.

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento justifica-se plenamente, tendo em vista o grande fluxo de veículos que diariamente atravessam as ruas de Mandaguari, o que vem danificando a pavimentação das vias públicas e oferecendo constantes perigos àquela população, tendo-se constatado acidentes até fatais na Zona Urbana, levando-se em conta que o trânsito de modo geral, proveniente do Vale do Ivaí com destino à Londrina, corta as artérias centrais da cidade, além do grande movimento de veículos que, de Ma-

ringã, passam pelo Município com destino a Curitiba e litoral do Estado.

E portanto, necessária a tomada de decisões urgentes, no que concerne a implantação de um contorno, ligando a BR-376 até a PR-444, a fim de que se possa, com a maior brevidade possível, eliminar os transtornos que amedrontam aquela população, mesmo porque o referido contorno não terá um percurso superior a 2.000 metros, o que se comprova através de um mapa demonstrativo do trabalho a ser executado, que anexamos ao presente requerimento.

REQUERIMENTO N° 3336

Senhor Presidente.

Os Deputados que subscrevem o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Douto Plenário, que se oficie o Senhor Governador do Estado, Doutor Roberto Requião, no sentido de que baixe ato regulamentando a Lei n° 9490 de 21.12.1990 e que institui o vale transporte aos servidores da Administração Direta e Indireta do Estado do Paraná! Decorridos mais de 60 dias e conforme o artigo 7° da citada lei, é necessário que o Poder Executivo firme o Decreto respectivo e passe a cumprir o que está imposto nesta Lei! Em sessão de ontem, esta Casa deixou de aprovar nova lei a respeito, entendendo àqueles que assim o fizeram, já existir legislação vigente, mas que precisa ser regulamentada e cumprida pelo Poder Executivo!

Sala das Sessões, em 04.12.91

(aa) CLEITON KIELSE;
NELSON GARCIA;
ERONDY SILVERIO;
DOBRANDINO da SILVA;
CARLOS SIMÕES;
LUIZ CARLOS MARTINS;
GERALDO CARTARIO;
JOSE TAVARES;
ORLANDO PESSUTI;
DOMINGOS CARVALHO;
NEIVO BERALDIN;
EURIDES MOURA
e TOTI COLAÇO.

REQUERIMENTO N° 3337

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Nobre Plenário, envio de expediente por "fac-símile" ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Fazenda, Senhor Heron Arzua, solicitando estudos em caráter de urgência, da viabilidade de ampliação no prazo do recolhimento de ICMS, da Cervejaria Kaiser, em fase de instalação industrial na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 04.12.91

(a) DALTON MACHUCA.

JUSTIFICATIVA:

A Cervejaria Kaiser está instalando uma indústria de grande porte em Ponta Grossa, investimento orçado em UR\$ 28 milhões, devendo gerar 500 empregos diretos. Viabilizando a instalação, a Prefeitura Municipal, concedeu isenção de IPTU e ISS por dez anos, além da doação do imóvel e serviço de terraplenagem, já em fase final.

A empresa vem gestionando junto ao Governo Estadual a ampliação no prazo do recolhimento do ICMS, incentivo este oferecido por outros Estados.

Portanto, o aumento no prazo do recolhimento será compensado pela própria elevação na arrecadação.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 569/91
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o "Colégio Antônio Lacerda Braga", com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.12.91

(a) ANIBAL KHURY.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, tem por finalidade oferecer condições e oportunidade de instrução e aprimoramento educacional e cultural.

Nada mais justo, que além do reconhecimento a nível do Município este Parlamento, também se manifeste aprovando o Projeto de lei em tela no âmbito estadual.

PROJETO DE LEI Nº 570/91
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Ao Artigo 1º da Lei nº 9441 de 16 de novembro de 1990, acrescente-se o seguinte subtítulo e respectiva descrição:

"MEMORIAL DESCRITIVO DO
PERIMETRO URBANO"

Partindo de um marco antigo, junto a cerca de arame, divisa do imóvel Taiô, na divisa das terras dos sucessores de José de Oliveira Ramos, segue no rumo de 470°05'SO, dividindo com o imóvel Taiô, pela cerca de arame: aos 514,80 metros marco antigo; daí, segue no rumo 74°11'NO, dividindo com as terras de Ito Scheibe, por linha seca: aos 399,90 metros, as terras de Ito Scheibe, por linha seca: aos 440,00 metros, marco antigo, à margem direita do Córrego Trepado; daí, segue divi-

dindo com as terras de Ito Scheibe, pelo córrego Trepado abaixo, até o marco antigo, à sua margem direita; daí, segue nos rumos de 15°49'SO e 74°11'SE, nas distâncias de 20,00 e 386,10 metros, respectivamente, dividindo com as terras dos sucessores de José de Oliveira Ramos, por linhas secas, até o ponto de partida".

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.12.91.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 9441, de 16 de novembro de 1990, foi elaborada sem o Memorial descritivo do Perímetro Urbano.

Para adequá-la às normas vigentes, as lideranças de Manguieirinha, de comum acordo com a Comissão encarregada na criação do Município de Honório Serpa e com os segmentos da sociedade, elaboraram o Memorial descritivo do Perímetro Urbano com a respectiva planta firmada pelo Engenheiro José Honório Almeida Serpa - Cart. 10.572/D-CREA-PR, com data de 22.11.91. (Doc. Anexo).

No último dia 10 de novembro, foi efetuada a consulta plebiscitária, visando a criação do Município de Honório Serpa, conforme Ofício nº 42/91, de 11.11.91 do Excelentíssimo Senhor Doutor Silvio Bihnara, digníssimo Juiz Eleitoral da 168ª Zona Eleitoral (xerox anexo).

A presente medida tornar-se necessário para incluir o Memorial Descritivo do Perímetro Urbano do novo Município de Honório Serpa.

PROJETO DE LEI Nº 571/91
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Na forma do que dispõem os artigos 212 e 213 da Constituição Estadual, a execução da Política Habitacional do Estado será realizada pela Companhia de Habitação do Paraná- COHAPAR.

Art. 2º - A execução da política Habitacional do Estado, realizada pela COHAPAR, será integrada à da União e a dos Municípios, mediante a formalização de contratos ou convênios entre a COHAPAR e os órgãos competentes daquela e desses.

Art. 3º - A Política Habitacional a ser desenvolvida pela COHAPAR, objetivará a solução da carência habitacional do Estado.

§ 1º - Entende-se por carência habitacional a necessidade que possui a população de habitações condizentes com a realidade humana, configurando-se como carecedor de habitação, todo cidadão que não

possua casa própria, ou que a possua em condições subumanas, assim consideradas aquelas que não seguem as normas mínimas ditadas pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas e padrões de higiene física e mental, pudor e segurança dos que habitam ou venham a habitar.

§ 2º - A habitação deverá estar dentro dos padrões de exigências técnicas e legais.

Art. 4º - A solução da referida carência será buscada através da oferta de financiamento para produção e aquisição de:

- a) - lotes urbanizados;
- b) - unidades habitacionais isoladas em terreno próprio ou não;
- c) unidades habitacionais em conjuntos residenciais em terreno doado ou não;
- d) habitação rural;
- e) materiais para construção de unidades habitacionais.

§ 1º - Entende-se por "lote urbanizado para moradia popular", aquele resultante de parcelamento de solo urbano dotado no mínimo de: água potável; energia elétrica; escoamento de águas pluviais, acesso à malha viária urbana, sendo para tanto observadas a lei federal pertinente e a legislação e códigos de zoneamento municipais.

§ 2º - Serão beneficiadas e atendidas as famílias que ainda não tenham sido contempladas com financiamento habitacional, e, para tanto, deverá ser realizado e mantido pela COHAPAR, cadastro de controle, que incluirá todas as pessoas que tiveram acesso como beneficiárias dos programas de habitação popular, sendo que do referido cadastro serão expedidas certidões nominando, positiva ou negativamente se o pretendente já foi beneficiado.

O cadastro em tela será mantido com base em relatórios e informações mensais a serem obrigatoriamente enviadas à COHAPAR pelas COHAB's - Cooperativa Habitacionais e Agentes Financeiros sediados neste Estado.

§ 3º - Constitui-se obrigatoriamente para todos os órgãos e empresas voltadas para habitação popular, a exigência da certidão negativa a que se refere o parágrafo anterior.

§ 4º - As COHAB's ou Cooperativas Habitacionais, que deixem de atender a obrigação de dotar o cadastro da COHAPAR dos nomes dos beneficiários, terão suspensos os recursos para a realização de novas obras a partir da constatação do ato omissivo, podendo voltar a concedê-los tão logo satisfaça a infratora as obrigações não cumpridas.

§ 5º - As empresas loteadoras ou loteadores autônomos que pretenderem atender a população de baixa renda deste Estado, deverão realizar prévio cadastro na COHAPAR, informando os lotes produzidos e in-

fra-estrutura disponível e unidades habitacionais implantadas diante do que, receberão certidão comprobatória, que autoriza a aprovação do loteamento e averbação do mesmo junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente.

§ 6º - Como suporte para atender a demanda habitacional, a COHAPAR poderá gerir poupança para a aquisição de unidades habitacionais e oferecer consórcio para o mesmo fim.

Art. 5º - A COHAPAR deverá atender, no mínimo o déficit habitacional proveniente do crescimento anual da população de baixa renda do Estado sendo que, para tanto, captará recursos de entidades financeiras do Sistema Financeiro de Habitação, por aumento de capital atndidas as condições legais, e geração de recursos próprios e dotação orçamentária a cargo da lei específica.

Art. 6º - Fica autorizado o Poder Executivo no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação da presente lei a criar e dotar de recursos orçamentários o FUNDO PARANAENSE DE HABITAÇÃO POPULAR - FPHP, competindo a administração do fundo a Companhia de Habitação do Paraná-COHAPAR.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.12.91.

(a) JOSE AFONSO JUNIOR

JUSTIFICATIVA:

A Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, foi criada pela Lei nº 5113/65, com a finalidade de solucionar o déficit habitacional do Estado do Paraná, dispondo, para isso assencialmente, de recursos do Sistema Financeiro da Habitação-SFH.

Mesmo com o grande empenho dessa Companhia, criando e implantando programas destinados a famílias mais carentes do nosso Estado, como o mutirão, a auto-construção, os lotes urbanizados, entre outros, o seu desempenho foi comprometido, atendendo, ao longo dos seus quase vinte e cinco anos de existência, pouco mais de 350.000 (trezentos e cinquenta mil) paranaenses, pois os recursos do SFH, além de escassos sempre tiveram um fluxo inconstante, acarretando períodos de alta produção revesados por uma produção medíocre. Essa inconstância impossibilita qualquer planejamento, a médio ou longo prazos, para o setor, quer pelo governo, produção, com a manutenção ou criação de programas, quer pela iniciativa privada, com o aumento de sua produtividade (materiais de construção e sistema de produção) especialização de mão-de-obra e o desenvolvimento de tecnologia alternativa para habitação popular.

Esses tem sido os motivos predominantes para que a demanda de habitações em nosso Estado não tenha sido reduzida e, sim, crescente ao longo dos anos, trazendo com isso, a especulação imobiliária com o aumento dos valores das habitações e de seus alugueres, inviabilizando cada vez mais, o acesso das famílias carentes do nosso Estado a uma moradia digna e forçando-as com isso a promover ocupações irregulares, normalmente, em zonas de risco.

Para a elaboração e execução de uma política habitacional, faz-se necessária a definição de carência habitacional, de padrão mínimo de habitabilidade e de lote urbanizado, bem como deve-se dispor, não somente da demanda de habitações e de seu crescimento anual, mas, também das ações desenvolvidas para solucioná-los, pelo poder público ou pela iniciativa privada.

Cabe a lembrança de que a produção de moradias para a população de baixa renda, produz uma série de outros benefícios tanto de ordem social - redução da marginalidade, melhoria da saúde, contribuição para a organização comunitária e avanço na conquista da cidadania de milhares de famílias - quanto a ordem econômica - formação de mão-de-obra para a construção civil, geração de empregos para profissionais envolvidos, redução da necessidade de investimentos governamentais na área de segurança e saúde e outros benefícios.

A instituição do Fundo Paranaense de Habitação Popular- FPHP, delegada ao Poder Executivo, que tem e detém melhores condições de dotá-lo de recursos orçamentários, visa dar a esperada solução de continuidade na execução da política habitacional paranaense, através de uma destinação mensal de recursos captados principalmente pelo próprio setor a ser determinada pela lei geradora, pois, não se pode depender exclusivamente do Governo Federal ou Estadual para o enfrentamento do problema.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres Pares com assento nesta Colenda Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 572/91
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE, do Município de Tibagi, neste Estado.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.12.91.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Ex-

cepcionais- APAE, de Tibagi, através da Escola Especial Sol Nascente, dá assistência e educação, gratuitas, a portadores de excepcionalidade nos seus diversos graus de comprometimento, funcionando em instalações provisórias cedidas, atendendo, atualmente, 15 alunos, matriculados em dois turnos.

A Escola é dirigida por profissionais com formação em Pedagogia, tem dois professores em tempo integral, uma auxiliar de serviços gerais, também em tempo integral.

Recebe assistência de fisioterapeuta e fonoaudiólogos, por sessões. Prestam, ainda, serviços à Escola profissionais da área de Serviço Social, Psicologia e Pediatría.

Até a presente data, todos os custos de manutenção, pessoal, tarifas, alimentação etc, são pagos pela Escola com recursos advindos de contribuições de sócios, doações e promoções realizadas junto à comunidade, porém, apesar das contribuições, a entidade vem encontrando muitas dificuldades para a manutenção de seus serviços, uma vez que os recursos são escassos, razão pela qual apresentamos este Projeto de Lei que, se aprovado por esta Casa, contribuirá para que a APAE desenvolva melhor suas atividades.

PROJETO DE LEI N° 573/91
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Ficam os hospitais da rede pública e privada do Estado do Paraná, obrigados a instalarem incinerador de lixo hospitalar em suas unidades.

Art. 2° - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias, contando da data de sua publicação.

Art. 3° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.12.91.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O art. 196 da Constituição Federal estabelece que "a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação."

As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada hierarquizada, constituído em sistema único, organizado entre outras diretrizes pelo "atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais" (conforme art. 198, inciso II, da mesma Carta).

A Constituição Federal define ainda que compete ao sistema único de saúde executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador (art. 200, inciso II), participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico (art. 200, inciso IV) e "colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho" (art. 200, § VIII).

A Constituição do Estado do Paraná, promulgada em 1989, reafirma tais conceitos em seu art. 167, definindo que o direito à saúde deve ser garantido "mediante políticas sociais e econômicas que visem a prevenção, redução e eliminação de doenças e de outros agravos...".

A instalação de incineradores de lixo nos hospitais públicos e privados que ora propomos, vem justamente suprir uma lacuna no tocante ao cumprimento fiel das determinações elencadas nas constituições Federal e Estadual. A prevenção é com certeza, a grande arma para evitar o surgimento de doenças, seja em que aspecto for. Para o trabalhador em hospital, obrigado a manipular o lixo diariamente, a exposição a detritos que se constituem em foco potencial de contaminação, resulta no comprometimento de sua saúde geral, e é ameaça que não se pode ignorar. A tal exposição está sujeito também o trabalhador encarregado de transportar o lixo hospitalar, considerado perigoso e de natureza patológica. Tanto manipulação quanto transporte, podem causar grande número de acidentes de trabalho, além de problemas de saúde pública e mesmo ecológicos.

Os resíduos sólidos hospitalares possuem agentes altamente infectantes, tóxicos, radioativos, inflamáveis e reativos, daí a necessidade de que sejam destruídos no próprio local em que são produzidos. E apesar da importância dessa questão em termos de saúde pública, o Brasil não tem ainda instrumento que a normalize.

Para remediar tal situação, o Ministério da Saúde baixou a Portaria nº 709, de 12 de dezembro de 1988, criando um grupo de trabalho para elaborar um documento específico, visando o estudo por entidades ligadas ao controle de infecção hospitalar, ecologia humana e saúde ambiental, com a finalidade de definir critérios de coleta, transportes, armazenamento e destino final do lixo intra-hospitalar e de outros estabelecimentos congêneres.

Assim, nada se tem de concreto sobre o lixo hospitalar, apesar das autoridades sanitárias reconhecerem que no âmbito do próprio hospital, a incineração é a forma mais segura e adequada para resolução do problema.

Com esse projeto de lei, objetiva-se resolver, de forma definitiva no Paraná, a

questão de incineração do lixo hospitalar para o bem da coletividade paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 574/91
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica denominada a Escola Estadual Rural do Rio das Pedras, de Donato Pereira Alves.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.12.91.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Donato Pereira Alves, filho de Benvenuto Pereira Alves e de Catarina Cordeiro Bahia, tendo nascido na localidade de Rio das Pedras, Distrito de Alexandra, Município de Paranaguá.

Aos 12 anos de idade já ajudava seu pai como agricultor e aos 18 anos tornou-se comerciante, cujo trabalho tornou-se, com o decorrer dos anos, o centro de atração do Rio das Pedras, e com isso angariou a admiração e o respeito dos seus semelhantes e participou ativamente de todas as atividades daquele pedaço do município de Paranaguá.

Faleceu no dia 26 de janeiro de 1991, e está sepultado no Cemitério do Rio das Pedras.

Com esse projeto de lei, estamos prestando uma homenagem justa, já que Donato Pereira Alves, com seus 80 anos de vida, cultivava o amor à natureza, respeito aos seus semelhantes, sendo uma pessoa considerada exemplo para muitas gerações.

PROJETO DE LEI Nº 575/91
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica revogada a Lei nº 7727, de 25 de julho de 1983, que retifica as divisas e confrontações descritas no art. 1º da Lei nº 7576, de 12 de maio de 1982.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.12.91.

(a) ERONDY SILVERIO

JUSTIFICATIVA:

Em 1960, foi realizado plebiscito na localidade de Faxinal da Boa Vista, que pertencia ao município de Guarapuava, passando esta a fazer parte integrante do município de Prudentópolis, confrontando com Guarapuava pelo Arroio d'Areia. Posteriormente, em 1982, foi criado o Município de Turvo, limitando-se com Prudentópolis pelo Arroio d'Areia. Alterando-se um ano depois, o limite, passando de Arroio d'Areia

para Arroio da Zona Colonizada.

Com essa alteração, ficou tudo como estava anteriormente, em seu "status quo", de nada adiantando o mencionado plebiscito, pois Faxinal da Boa Vista, que optou para ser de Prudentópolis, por alteração de limite, passou a ser de Turvo.

Assim sendo, pelo acima exposto, esperamos poder contar com o apoio dos pares desta Casa, para reverter esta injusta situação.

PROJETO DE LEI Nº 576/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE VENTANIA - ASDECO, situado à Rua Anacleto Bueno de Camargo, s/n, Município de Ventania-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.12.91.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Desenvolvimento Comunitário de Ventania - ASDECO, entidade civil sem fins lucrativos, vem desenvolvendo atividades tais como: assembléias com a comunidade, encaminhamento de reivindicações do município, ajuda de custo aos carentes para aquisição de medicamentos, etc.

Apesar das contribuições e promoções, a entidade vem encontrando muitas dificuldades em manter seus serviços, face à escassez de recursos, razão pela qual apresentamos o presente projeto de lei que, se aprovado, virá beneficiar substancialmente a referida entidade.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Luiz Carlos Martins.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Aqui neste plenário, não existe nenhum santo, nenhum diabo; santo não chega aqui e diabo também não. Neste plenário não existe nenhum bobo, porque bobo também não chega aqui.

(Lê): "Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quem usa um microfone de um veículo de comunicação, deve ter muita estrutura, muito discernimento, equilíbrio, bom senso. Não se vira um comunicador de uma hora para outra. Não adianta cair de paraquedas numa rádio ou numa TV. É preciso mais do que isto!

Pessoalmente, e até abandonando a mo-

Curitiba, quarta, em 04.12.91

déstia, devo dizer que os elevados índices de audiência que alcanço com meu programa de rádio, há 11 anos o programa de maior audiência em rádio no Estado, atestando que posso fazer estas manifestações.

O Deputado Rafael Valdomiro Greca de Macedo, que é homem de comunicação bissexto, nunca viveu desta função, o faz com objetivos poucos claros e ainda não alcançou o reconhecimento público, como muitos de nós, profissionais, que há anos vivemos desta função.

Logo, estou chateado, como comunicador, como Deputado, pelas informações infundadas, erradas, mal intencionadas, maldosas, que o Deputado Rafael Valdomiro Greca de Macedo fez ontem num canal de TV. Mencionou nomes, fez afirmações inverídicas, denegrindo o trabalho honesto de muitos de nós! Isto não condiz com a formação, com a convivência com tantas figuras de elevada estatura moral que ele tem o privilégio de ouvir! Afinal, o Deputado Rafael Valdomiro Greca de Macedo e sua companheira de anos, já foram recebidos pelo Santo Papa João Paulo II, o mesmo que há 11 anos, diariamente, é ouvido em meu programa, ao meio dia, dando sua bênção. Como pode alguém estar próximo, beijar as santas mãos de um santo homem e depois agir de forma tão mesquinha, ofendendo homens de bem? Levantando suspeitas imundas, infundadas?

Rafael Valdomiro Greca de Macedo tem a sabida honra de conviver com Jaime Lerner, figura tão importante para nossa história recente para Curitiba. E eu já estive ao lado dele, Lerner, em palanque e também já estive do outro lado. E nem por isto, abalamos nossa sólida amizade, nosso grande afeto e nosso grande respeito mútuo. Quando Vereador, tive a honra de em várias ocasiões, sustentar posições do Prefeito Jaime Lerner. Muitas idéias hoje em prática, tiveram minha contribuição. Um homem como Jaime Lerner vale por muitos.

E o Deputado Rafael Valdomiro Greca de Macedo, estando tão pertinho dele, não consegue se espelhar, tirar exemplos de sua grandeza! ou alguém já ouviu da boca de Jaime Lerner acusações levianas, mentirosas?

Vamos mais longe. Rafael Valdomiro Greca de Macedo tem a honra de ser amigo do nosso Arcebispo D. Pedro, também meu amigo e que em tantas ocasiões, já me ajudou, já me orientou. Será que D. Pedro abona as levianas afirmações de ontem feitas pelo Deputado Rafael Valdomiro Greca de Macedo? Nunca. D. Pedro é um santo homem, homem de bem. Deve se aborrecer em constatar que tantos ensinamentos não conseguiram forjar um cidadão mais moderado, mais comedido e menos mentiroso!

E tantos outros nomes de proa, como o

querido e já santo Frei Miguel, que temos a grata alegria de sermos amigos comuns. Frei Miguel me conhece, jamais admitiria que se levantassem as suspeitas que Rafael Valdomiro Greca de Macedo assacou contra minha pessoa!

E assim pensam Aroldo Murá, Gerson Guelmann e tantos outros curitibanos ilustres, que tenho certeza, não gostariam de ouvir da boca do nosso conhecido comum, Rafael Valdomiro Greca de Macedo afirmações infundadas, levianas. Levianas e infundadas como a acusação que ele fez na Comissão de Legislação e Justiça, com um senhor, só porque ele era de cor, ele era preto. Ele discriminou aquele senhor e até hoje ele não respondeu. E eu fiz por escrito, como estou fazendo agora!

Pretende este jovem parlamentar substituir Jaime Lerner na Prefeitura. Legítima aspiração, e até já via com simpatia a idéia e em certas circunstâncias, poderia até aplaudir a indicação, se ela se concretizasse em seu partido. Hoje, sou obrigado a rever. É infinita a distância entre esta pretensão, este sonho e a realidade. Um Parlamentar que irresponsavelmente usa um microfone de um meio de comunicação e fala bobagens, não pode sequer sonhar em sentar na cadeira de estadista municipal. Provavelmente, começará a falar bobagens, inverdades, fofocas, de todo o seu povo curitibano, acostumado a grandeza de um Jaime Lerner, e que não pode ser vítima de tamanho castigo. É penitência demasiada para quem só é um povo honrado, trabalhador!

Óra, Senhor Presidente, Senhores Deputados, por quê será que o jovem parlamentar Deputado Rafael Valdomiro Greca de Macedo fez estas observações mentirosas, levianas, infundadas, envolvendo alguns dos nobres Deputados desta Casa, entre os quais a mim, o Deputado Cartário, o Deputado Carlos Simões, o Deputado Neivo Beraldin. Por que é que ele me incluiu? Por que é que incluiu os nobres Deputados, companheiros?

Faz isto porque não se acostumou, Senhor Presidente e Senhores Deputados. Sabem, por que é que o Deputado Rafael Valdomiro Greca de Macedo age desta maneira? Porque ele ainda não se acostumou, Deputado. Gostaria que ele tivesse presente, aqui. Gostaria que ele estivesse aqui, agora. Porque ainda, Senhor Presidente, ele não se acostumou a acatar resultados adversos, em Plenário, é característica de qualquer Parlamento que um debate e posterior votação tenha um resultado a ser acatado por todos.

Quando a maioria decide esta vontade é soberana, reflete a vontade majoritária! Dói, claro que dói, se a gente pensa diferente, mas a vontade da maioria tem que

ser respeitada e acatada. A vitamina que mantém os Parlamentos atuantes, Senhor Presidente, é exatamente o respeito à manifestação de cada um de seus membros, e ninguém fará a cabeça do Luiz Carlos Martins, muito menos o Senhor Rafael Greca de Macedo, se ele pensar diferente de mim, paciência, ou ele ou eu temos que saber respeitar a decisão final e acatá-la, e jamais sair por aí, irresponsavelmente emitindo afirmações erradas, mentirosas, que acabam afetando todos nós, desta Casa.

Eu já disse aqui, numa oportunidade, cada vez que eu ataco um companheiro desta Casa eu estou dando um tiro no meu pê, e eu acabo perdendo o equilíbrio!

Senhor Presidente, eu vou utilizar o horário do PST, concedido pelo nobre líder, Geraldo Cartário.

Gostaria também, tudo isso a respeito daquela votação de ontem, do vale transporte para o funcionalismo público estadual. E todos nós sabemos que esta Casa, o ano passado, aprovou uma Lei, foi a Assembleia Legislativa do Paraná que aprovou, está aqui, Lei 9.490, sancionada pelo ex-Governador Alvaro Dias. A Lei está aqui, ela foi aprovada por esta Casa, foi sancionada! Ou nós estamos aqui para ficar fazendo Leis idênticas? Leis iguais e não cumpri-las? O Brasil já está cheio de Leis, o Brasil já tem Leis demais!

Alguém já disse que as Leis do Brasil são como vacinas, umas pegam, outras não! Só que, ultimamente, as vacinas estão pegando mais, e aqui nós fomos votar mais uma Lei que existe! Nós não somos contra o mérito, só somos contra a forma, a parte formal!

A Lei está aqui, e diante disso, Senhores Deputados, agradeço até a oportunidade que a Deputada Emília Belinati e o Deputado Plauto Mirô nos deram apresentando este Projeto, porque eles acabaram nos despertando para esta Lei. E diante disso nós estamos apresentando à Mesa da Assembleia o Requerimento, um envio de expediente ao Senhor Governador.

(Lê): "Senhor Presidente, os Deputados que subscrevem o presente, no uso de suas atribuições regimentais, Requerem após ouvido o douto Plenário, que se oficiem ao Senhor Governador do Estado, Doutor Roberto Requião, no sentido de que baixe ato regulamentando a lei 9.490, de 21 de dezembro de 1990. Portanto, já vai fazer um ano que institui o vale-transporte aos servidores da administração direta e indireta do Estado do Paraná; decorridos mais de sessenta dias e, conforme o artigo 7º da citada lei, é necessário que o Poder Executivo firme o decreto respectivo e passe a cumprir o que está imposto nesta lei."

Em Sessão de ontem esta Casa deixou de

aprovar nova lei a respeito, entendendo aqueles que assim o fizeram já existir Legislação vigente, mas que precisa ser regulamentada e cumprida pelo Poder Executivo. Vários Deputados estão assinando aqui, está em minhas mãos, coloco à disposição dos demais. Agradeço a Liderança do PMDB por oferecer o horário. O Requerimento está aqui.

Concedo um aparte ao Deputado Geraldo Cartário.

O Sr. Geraldo Cartário - Companheiro Deputado Luiz Carlos Martins, sem dúvida alguma o que ontem o Deputado Rafael Valdomiro Greca de Macedo falou na televisão tem por intuito único e objetivo de denegrir companheiros dele, porque afinal, todos nós que fomos agredidos, Luiz Carlos Martins, Neivo Beraldin, Carlos Simões, são companheiros da nossa Região de Curitiba e, pior do que isso, ele afirmou na televisão de que os Deputados candidatos a Prefeito de Curitiba foram os primeiros a se levantar contra o povo de Curitiba.

Ele me considerou candidato a Prefeito de Curitiba, quando na verdade eu sou eleitor e continuarei sendo eleitor sempre na cidade de Mandirituba. Até isso ele mentiu, foi sem dúvida uma posição de cínico, só um cínico, só realmente uma pessoa despreparada para conviver no meio de cinquenta e quatro Deputados poderia ter afirmado o que ele afirmou.

A imprensa aqui na Assembléia sempre está presente, as nossas posições de voto jamais são no sentido de esconder a nossa posição aqui dentro da Casa. O nosso voto até quando é secreto nós fazemos questão de falar em quem estamos votando, de que forma estamos votando, porque não viemos para cá, para fazermos o jogo de quem quer que seja.

Por esse motivo é que eu até lamento e sinto que um Deputado que nós respeitamos, por que o povo elegeu, que é o Deputado Greca, tenha atentado contra companheiros seus aqui da Assembléia.

Amanhã estarei usando o horário do PST para responder, certamente ele aqui estará presente, para responder as acusações que ele fez para todos nós da Região Metropolitana. Eu vou por exemplo dizer para ele, que um dos Projetos que eu apresentei nesta Casa, que aqui está comigo, que visa única e exclusivamente beneficiar o cidadão mais pobre, pelo fato de ter ganho dele na Liderança do PDT, ele deu um parecer contrário a um Projeto meu. Eu até pedi ao Deputado Colombino, Presidente da Comissão de Justiça, desta Casa, um homem honrado, que eu respeito o Colombino, eu pedia para ele que Projeto meu não fosse entregue para o Deputado Greca relatar, porque o resultado seria um só, e parece que o Depu-

tado Colombino me presenteou, porque os outros projetos meus têm sido aprovados pelo Relator e pela Comissão de Justiça.

E amanhã também vou citar o caso da Câmara Municipal de Curitiba, que aqui está comprovado, a onde a família do Deputado Greca é beneficiada, contrariando a Lei Municipal. E ontem a nossa posição foi única e exclusivamente, de respeito aos Deputados que nós substituímos alguns deles, porque na legislatura passada eles aprovaram uma Lei que Deputado tem que ser respeitado. Se a Lei existe, aprovada pela legislatura anterior nós temos que respeitar.

E eu quero me parabenizar com V.Exa., Deputado Luiz Carlos Martins, pela sua educação, pelo seu comportamento na Assembléia e especialmente lhe parabenizar pelo requerimento que está enviando a S.Exa. o Governador Roberto Requião, para que, imediatamente, implante o Vale Transporte tão necessitado para os funcionários públicos de todo o Paraná.

Obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS - Para finalizar, Senhor Presidente, eu, quando tenho minhas diferenças aqui, na Assembléia, mesmo quando Vereador e o Deputado Dr. Rosinha sabe disso, eu nunca levei as diferenças para um microfone de rádio e vocês são prova disso. Lã, no meu programa de rádio, lã não é lugar para discutir diferenças ideológicas, lã no nosso programa de rádio não é para ficar lavando roupa suja aqui da Casa. Vamos discutir aqui. Eu só lamento do Deputado Rafael Valdomiro Greca não estar presente.

E, para finalizar, o Líder do PMDB e do Governo, Orlando Pessuti, ele nos informou, antes da nossa vinda à tribuna, que manteve contato com o Governador Roberto Requião e ele pediu a imediata implantação dos Vales Transportes para todo o Funcionalismo Público Estadual. Ele quer ver a Lei cumprida. Lei foi feita para ser cumprida.

Pela atenção, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVERIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente quero me referir ao aparte que o Deputado Geraldo Cartário deu ao Deputado Luiz Carlos Martins. Fazendo uma acusação gravíssima, de que ele havia solicitado ao Deputado Colombino Grassano Presidente da CCJ, que não designasse Rafael Greca de Macedo para Relator de projetos de sua autoria. Essa é uma afirmação que realmente fere os princípios do Poder

Legislativo. Porque nas entrelinhas, o Deputado Geraldo Cartário, está acusando o Deputado Rafael Greca de Macedo de ser parcial nos seus relatos naquela Comissão.

Isto é uma acusação gravíssima, está o Deputado Rafael Greca na obrigação de vir a esta tribuna refutar ou confirmar aquelas acusações. Porque é a primeira vez que eu vejo isto em minha longa permanência nesta Casa, é a primeira vez que eu vejo um Deputado fazer uma acusação dessa natureza. Essa acusação é realmente gravíssima, porque o Deputado que está aqui não pode ter paixões pessoais, não pode ser parcial no relatório dos projetos que chegam às suas mãos. Ele deve ser imparcial, deve relatar de acordo com aquilo que dita a Lei, que dita o Regimento Interno e que dita a Constituição do Paraná.

Eu espero que o Deputado Rafael Greca que fala bonito dessa Tribuna, que sempre evoca episódios bíblicos, que sempre fala no príncipe, que sempre fala no rei, que sempre fala bonito, que venha esta vez defender-se de uma acusação gravíssima que pesa sobre seus ombros, de acordo com o que relatou o Deputado Geraldo Cartário.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, amanhã, dia 05, deve se reunir o Conselho Nacional de Política Fazendária, o CONFAZ, para discutir o problema da revogação da isenção do ICMS sobre alimentos e outros insumos básicos para a agricultura.

A matéria, como deve conhecer muito bem esta Casa, havia sido acolhida por todos os Governos Estaduais e, através do convênio 70/91, haviam concordado em isentar as saídas interestaduais de produtos e insumos agrícolas do ICMS como forma de baratear o custo de vida, incidente principalmente na cesta básica do trabalhador.

O Governo do Paraná, inclusive através de entrevistas, de declarações do seu Governador, havia se aliado com o maior entusiasmo à esta proposição. Embora sendo um grande produtor agrícola, o Paraná sabia que perderia a receita líquida de seu principal tributo. Mas o Governo do Paraná foi movido por considerações mais elevadas, e decidiu levar adiante o benefício aos agricultores numa primeira instância e os consumidores em geral, numa dimensão mais ampla.

Ainda agora o Governo do Paraná acaba de propor a redução do ICMS sobre os artigos que formam a nossa cesta básica, a compensar com tributação sobre outros bens de consumo geral. A mensagem está tramitando neste Poder Legislativo. Embora não concorde absolutamente, com esta forma de compensação que o Governador Roberto Requião quer dar à sua mensagem. Ele isenta os produtos da cesta básica. Perfeito. É uma medida humanitária, é uma medida jus-

ta, é uma medida que vem atender aos anseios do trabalhador, principalmente aquele que vive do salário mínimo.

Mas, em compensação, ele tributa pesadamente a sociedade paranaense, através da elevação do ICMS de 17 para 25% em diversos itens, o que vai pesar no custo de vida e que vai anular, em última instância, estes benefícios que ele concede à cesta básica.

Embora não concorde com esta posição do Governador, também não concordo com a posição do CONFAZ.

O convênio sobre isenção do ICMS para insumos agrícolas, contudo, está revogado. É que o Governo do Estado do Sergipe voltou atrás, para não perder o ICMS sobre os aproveitamentos de potássio de uma jazida explorada por aquele Estado nordestino.

Como o sistema CONFAZ é regulado pela Lei Complementar nº 24 de 1975, baseada na Constituição de 1967, as decisões de concessão de ICMS são condicionadas à decisão unânime dos Estados da Federação. Quer dizer, mesmo que os demais Estados queiram, um único governante pode se opor, impedir um benefício à população.

Neste caso, pela miopia ou imediatismo das autoridades sergipanas, o consumidor vai continuar a ser onerado no custo dos alimentos. Saem prejudicados principalmente os membros da população de baixa renda, valendo notar que no Brasil 30% da população é subnutrida, conforme recente conclusão da CPI do Congresso sobre a fome.

Já estou no horário da Liderança, permito, com todo prazer, um aparte ao Deputado Colombino Grassano.

O Sr. Colombino Grassano - O discurso de Vossa Excelência é muito objetivo e muito oportuno, porque na Ordem do Dia está a apreciação da mensagem governamental sobre o ICMS, isso demonstra que Vossa Excelência é um Deputado como sempre foi, atento, responsável e que se preocupa principalmente sobre o aspecto tributário porque vai atingir um cem número de cidadãos paranaenses.

Na mensagem governamental enviada, e na exposição de motivos do Sr. Secretário Eron Arzua ao Sr. Governador, ele se preocupa em que diminuindo o volume de impostos sobre a cesta básica talvez não vem se beneficiar o consumidor final, mas de outro lado teria um acréscimo de receita substancial em tributação, que não exige fiscalização, onde no final do mês a conta já está depositada no tesouro do Estado através da TELEPAR, e através das várias empresas que recebem e distribuem os combustíveis.

Eu, antes da Sessão, Sr. Deputado, adverti o Líder que estava no momento, o De-

putado José Tavares sobre a inconveniência de nós apreciarmos essa matéria, porque depende da aprovação unânime do CONFAZ, que amanhã deverá se reunir ou no dia 06 e se não houver o apoio de Sergipe, tudo que nós votarmos não será válido. Até sugeri a Sua Excelência que entrasse em contato com o seu Secretário da Fazenda, para que nós não tivéssemos a necessidade de apreciar essa matéria e aguardássemos a oportunidade como está fazendo o Governo de São Paulo.

Mas apesar disso o discurso de Vossa Excelência é muito oportuno, é absolutamente porque esclarece ao Plenário da Assembleia Legislativa esses detalhes sobre o ICMS que talvez muitos dos Srs. Deputados não se preocuparam com esse problema.

Eu cumprimento Vossa Excelência como Deputado eficiente que é e como sempre foi.

O SR. ERONDY SILVERIO - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, e veja bem como esse aparte foi importante, o Sr. Governador encaminha mensagem a esta Casa propondo a elevação do ICMS sobre diversos serviços, tais como: combustíveis, telecomunicações, etc.etc. Entretanto o Sr. Governador esquece, e ele alega na sua justificativa que essa elevação que ele pretende, é para compensar o Estado na sua perda sobre o ICMS sobre os produtos da cesta básica. Mas o Sr. Governador sabe perfeitamente que depende de unanimidade dos Estados membros da Federação...

O Sr. Orlando Pessuti - Concede-me um aparte, Deputado Erondy?

O SR. ERONDY SILVERIO - Eu concedo o aparte a Vossa Excelência, mas gostaria de concluir o meu pensamento.

Ele sabe que depende da unanimidade dos Estados membros da federação, para ser aprovada a mensagem de diversos Estados brasileiros que pretendem a isenção do ICMS sobre os produtos da cesta básica. Mas aí vai ocorrer o seguinte, se Sergipe mantiver a sua posição irredutível não serão reduzidos os ICMS de diversos Estados sobre a cesta básica, mas entretanto não só o Estado do Paraná, como outros Estados vão beneficiar-se da elevação de tributos, porque nós que temos apoiado o Governador Requião, por ser um Governador sério, por ser um Governador bem intencionado, por ser um Governador que pretende, efetivamente, trazer à população do Paraná os benefícios de uma administração sadia não podemos votar em sã consciência a favor da mensagem que eleva o ICMS e 17 para 25%, senão antes de ver aprovado pelo Tribunal de Contas essa proposição, não só do Governo do Paraná como de outros Estados.

Concedo aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Orlando Pessuti - Deputado Erondy Silvério e Deputado Colombino Grassano.

Se permite Vossa Excelência que está na tribuna também me dirigir ao Deputado Colombino Grassano. Evidentemente que não somos nenhum tributarista, mas temos procurado, nesses últimos tempos, em conversa com o Secretário Eron Arzua e em especial, com a equipe de tributaristas da Secretaria da Fazenda, liderados pelo Dr. Agmar Arantes e constituída também pelo Dr. Pertenati e pelo Dr. Homero Arruda, para nos inteirmos desses assuntos tributários, principalmente no que diz respeito ao ICMS.

Nas informações que temos e todas as conversações que tivemos com o Secretário Heron Arzua e ainda agora, solicitei ao Deputado José Tavares que mantenha mais um contato com essa equipe, nós temos conosco que este assunto tratado, através do Projeto de Lei 472, que é a redução da carga tributária, em cima dos produtos integrantes da cesta básica não carece este assunto específico de consulta ao CONFAZ, pelo fato seguinte: o Estado está legislando dentro daquilo que já é competência sua e atribuída não só pelos termos de convênio do CONFAZ, mas também pela Constituição Federal que estabeleceu alíquotas máximas e mínimas e dentro daquilo que estabelece a lei federal, estabelece a legislação federal e os convênios, já do CONFAZ os Estados podem trabalhar livremente até o limite máximo da alíquota mínima que é 7%.

O Estado não está extrapolando essa permissão que tem de ir até o limite máximo que é a alíquota mínima deste país que é de 7%. Portanto ao propor a dedução dos produtos integrantes da cesta básica, para a alíquota mínima permitida que é de 7%, não carece o Estado, pelo menos são essas as informações que nós temos da Secretaria da Fazenda, de levar esse assunto ao CONFAZ, careceria se fosse atribuído a esses produtos da cesta básica a isenção, porque a isenção para ICMS é competência privativa do CONFAZ e aí sim terá que haver unanimidade.

E o que está acontecendo, por exemplo agora, Deputado, no que diz respeito aos insumos, onde existe o caso do Sergipe que questiona a questão da isenção para os insumos, tendo em vista que o Estado tem um forte agente de arrecadação que são os fertilizantes e o Paraná por sua vez está questionando também essa questão de isenção...

O SR. ERONDY SILVERIO - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, mas ele

não vem elucidar nada, porque na justificativa do Senhor Governador ele acena para a isenção de tributos da cesta básica.

Esse sistema é regulado pela Lei Complementar nº 24 de 1975, baseado na Constituição de 1967, que não foi regulamentado, que não foi revisto, que não foi sequer aventado pela Constituição de 1988.

Portanto nos assalta agora uma dúvida, diante das afirmações de Vossa Excelência, estará o Governo do Estado certo ou estarão os Estados membros da Federação que compõem o CONFAZ errados?

É uma dúvida que nos assalta. Agora, para dirimir essa dúvida, nada melhor do que a Assembléia aguardar o próximo exercício de 1992, para apreciar a mensagem governamental que procura alterar o sistema de cobrança do ICMS em algumas alíquotas de 17 para 25%.

Para terminar, Senhor Presidente, eu acho que evitar-se-ia a guerra fiscal, entre os Estados, se o quórum de unanimidade for reduzido para 4/5 ou 3/5, como exigido em outras matérias legais no País e até no Exterior, o que ao nosso ver conflita com a ordem Constitucional Democrática, implantada em 88 é a exigência da mera unanimidade.

Como se viu agora, basta um único Estado se posicionar contra, para afetar uma política econômica que venha beneficiar a população. Eu não quero em nenhum instante duvidar dos bons propósitos do Governador Roberto Requião, ele quer beneficiar a população do Estado do Paraná, entretanto, a legislação não permite e daí eu discordo do Senhor Líder do Governo, não permite senão através da unanimidade, que se faça qualquer alteração na cobrança do tributo do ICMS no País.

Para terminar, Senhor Presidente, como também não concordamos com o expediente de congelar a tabela do imposto de renda, adotada pela União.

Por quê? Porque virá em prejuízo do trabalhador, onerando a estreita base tributária que sustenta os encargos públicos do País.

O Governo da União precisa de caixa.

Mas ao invés de coibir a corrupção, ao invés de coibir a dissídia na cobrança dos tributos, ao permitir a sonegação que nós sabemos que corre solta neste País, inclusive apoiada por diversos setores do Governo Collor, ele procura a maneira mais ingrata, mas agressiva, a bolsa do trabalhador brasileiro.

É exatamente congelar o desconto do imposto de renda na fonte.

É uma maneira que nós não concordamos e esperamos que o Congresso Nacional, através da representação de todos os Esta-

dos, se posicione contrariamente a pretensão do Governo Federal de não corrigir o imposto de renda na fonte, porque isto é um crime que se pratica contra a economia da população, principalmente a classe média que vem sendo achatada cada vez mais, que vem sendo vilipendiada, que vem sendo torturada, que vem sendo massacrada pelo Governo, não tem efetivamente, do Congresso Nacional uma defesa em favor do desconto de imposto de renda na fonte.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ernani Pudell com a palavra.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Brasil está apreensivo com o surto de cólera que já chegou ao Rio de Janeiro, tende rapidamente a chegar a São Paulo, se espalhar pelas grandes cidades brasileiras, posteriormente as médias e as pequenas, agravado com a crônica ausência de uma política de saneamento básico, que cria condições propícias com o alastramento dessa doença.

Da mesma forma a Aids hoje segundo estimativas de algumas organizações de saúde, pode alcançar já, rapidamente, a cifra de um milhão de brasileiros infectados.

Apenas para ficar nestes dois exemplos sobre a situação da saúde em nosso País.

Enquanto isto as políticas de profilaxia e prevenção destas epidemias são absolutamente tímidas, temos um exemplo aqui no Estado do Paraná, que ontem foi objeto da aprovação de um Requerimento por esta Casa e que os funcionários que cuidam do combate a várias epidemias e endemias no Paraná e no Brasil, estão sendo tratados a pão e água, gerando movimentos de greve e paralisação nesses serviços públicos, inclusive na região próxima ao Lago de Itaipu, nós poderemos brevemente ter também um surto de malária e outras doenças em razão da ausência de combate aos agentes transmissores dessas doenças.

Os hospitais públicos no Brasil estão sucateados. Funcionam, em, uma situação de absoluto abandono e nós apesar desses problemas gravíssimos, assistimos constrangidos, semana passada, notícia sobre a postura do nosso Ministro da Saúde, notadamente com relação a um contrato firmado com a empresa Master Consultores Associados, da ordem de 18 bilhões de cruzeiros, cujo contrato inclusive foi cancelado por trazer evidentes irregularidades porque a argumentação que justificava essa contratação não convenceu ninguém.

Agora, para novo constrangimento dos paranaenses, o Ministério da Saúde do Brasil, está às voltas com mais um caso

nebuloso.

Esse caso se refere a um negócio que nós poderíamos chamar daqui para frente de "o negócio do Pedro".

O Ministério da Saúde comprou 22.500 bicicletas que serão entregues aos agentes de saúde, em especial da região Norte do Paraná, ao preço de 147 mil cruzeiros cada bicicleta.

Só que essas bicicletas, cotadas nas lojas de Brasília, estavam orçadas em 99 mil cruzeiros a unidade, ao preço para o consumidor final.

Obviamente, não esqueceram de passar aqui no Shopping de Curitiba, porque se tem notícias que esta mesma bicicleta está sendo vendida aqui em Curitiba, por 87 mil cruzeiros.

Apesar disso, o Ministério da Saúde fez a aquisição de 22.500 bicicletas ao preço de 147 mil cruzeiros cada, totalizando mais 3 bilhões e alguma coisa, em termos reais, que é volume dessa negociação.

Estimativas rápidas, superficiais demonstram que se o ministério da Saúde fosse às lojas que atendem o consumidor comprar as bicicletas, o Brasil economizaria no mínimo 1 bilhão de cruzeiros.

Agora, coincidentemente, mais uma vez, esse negócio foi feito por uma empresa de Curitiba: "Casa do Pedro Ltda" que sequer bicicleta vende.

Ontem, no contrato era uma empresa de consultoria que foi criada para executar determinados serviços, sem qualquer experiência na área; hoje se compra bicicletas a 50% no mínimo acima do valor de mercado, superfaturada, de uma empresa que também não vende bicicleta, mas que no caso da licitação ela passou a vender a bicicleta apenas no caso da licitação. Coincidentemente, a empresa é de Curitiba e o nosso Ministro é de Curitiba.

E mais uma vez, Senhores Deputados, fica a nossa indignação registrada. Não é possível que, neste momento, em que as estimativas demonstram que perto de 900 mil brasileiros poderão morrer nos próximos anos de AIDS, mais de 30 mil brasileiros de cólera, outros tantos morrendo no abandono dos hospitais públicos deste país, que estão sucateados, outros tantos morrendo por subnutrição, por doenças endêmicas, por falta de profilaxia, por falta de condições mínimas de saúde, novamente o Ministério da Saúde do Governo do Brasil está fazendo mais uma negociata com dinheiro da Saúde Pública.

Não bastassem as cestas básicas da LBA, agora parece que a coisa se alastra por todo o Governo Collor. É lamentável perceber que, depois de tanta esperança que o povo brasileiro depositou no Presidente da República, que se elegeu com o

discurso da moralidade, que se elegeu falando mal do Sarney, hoje nós acabamos infelizmente tendo saudades do Sarney.

É lamentável que um Governo, com pouco mais de um ano de mandato, seja todo o dia objeto de denúncias desta natureza. É lamentável, Senhores Deputados. Cabe-nos uma reflexão, e principalmente quero novamente aqui relembrar a nossa oposição a um requerimento que elogiava o Ministro da Saúde do Brasil, que nós nos colocamos contra e alertamos a inconveniência e lembramos a necessidade de adoção de cautelas, para evitar que a Assembléia Legislativa do Paraná homenageie pessoas que têm a sua conduta administrativa maculada por notícias e ações dessa natureza que nós acabamos de relatar aqui.

Era isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na pauta de hoje, tem um projeto que poderá vir a esta Casa, 293/91, que eu julgo de fundamental importância, que seria o dos advogados dativos, preparado pelo Deputado Carlos Simões. Esses advogados seriam contratados pelo Estado do Paraná para dar assistência ou fazer a defesa de pessoas pobres, de pessoas carentes, que são abandonadas no Estado do Paraná e acredito, que em toda a Nação brasileira.

Mas, eu conversava com uma das assessoras dessa Casa, a Lúcia, e para fevereiro agora, nós estamos dando os retoques finais, e eu quero colocar nesta Casa porque na legislatura passada, foi a Plenária e eu perdi, porque era inconstitucional.

Então, eu não sei o que é que é constitucional neste País e neste Estado em que eu vivo. Logo em fevereiro, quando abrirmos esse Parlamento, eu quero que o meu projeto já esteja na Comissão de Constituição e Justiça, e que autorize o Senhor Governador do Estado do Paraná, o subsecretário de Segurança Pública, Dr. Moacir Favetti, o Diretor da Polícia Civil, Dr. José Maria Correa, ou a quem de direito, de se contratarem todas as Delegacias de Polícia do Estado do Paraná, sem exceção, em todas, uma assistente social, uma psicóloga e uma advogada ou advogado como existe nos países do Primeiro Mundo, porque há sete dias atrás, eu mostrava hoje, no meu programa de televisão, uma aberração, uma violência que eu não posso admitir como homem, como Parlamentar e como homem de imprensa.

Há sete dias atrás, pasmem os Senho-

res, um jovem de vinte e dois anos de idade, que sofre de uma deficiência mental, passava pelas ruas da cidade de Ibiaporã e, ao brincar com uma jovem, passou a mão ou as mãos nas nádegas desta jovem. Ele foi conduzido à Delegacia de Polícia e lá, Senhores, pasmem, foi autuado em flagrante por atentado ao pudor. Se não bastasse isso, foi colocado numa cela, com vários marginais e eu tenho a fita arquivada, apresentei-a hoje, em rede estadual para todo o Estado do Paraná, São Paulo, Santa Catarina, Sul do Mato Grosso. Tiraram a camisa desse jovem, queimaram-no inteirinho com cigarros. Esses quatro elementos estupraram, estupraram, estupraram este jovem de 22 anos de idade, deficiente mental, deficiente mental.

Se tivéssemos nós, dentro da delegacia de polícia, uma psicóloga, Senhores Deputados, uma assistente social, um advogado, pagos pelo Governo do Estado, na hora em que este menino foi preso a psicóloga imediatamente iria conversar com o jovem juntamente com a assistente social, e esta imediatamente pegaria uma viatura paga com o dinheiro do povo do Paraná e iria à residência da família e buscaria, trazia até a sala anexa à delegacia de polícia, como existe nos países do primeiro mundo, meu Deus do céu! E aí a psicóloga, a assistente social e os familiares iriam analisar o comportamento do jovem, e a psicóloga iria ver que ele era um deficiente mental, uma criança de 22 anos de idade. E imediatamente, Senhores Deputados, a assistente social ou a psicóloga ou o advogado chamariam o delegado e diriam a ele: "Excelência, Delegado, este jovem é deficiente mental, ele não pode ser levado a uma cela onde estejam marginais, ele tem que ser detido e colocado numa sala até que eu, advogado, com a psicóloga e a assistente social possamos ir ao Poder Judiciário analisar o seu problema e imediatamente arrumarmos um internamento para este jovem deficiente mental".

Não, Senhores Deputados, a delegacia não tem psicólogos, não tem assistentes sociais e não tem advogados. E o jovem foi queimado de cima em baixo com cigarro.

(E lhe tirado o som)

Eu ocupo o Horário do PRN, Senhor Presidente.

E além do mais, estuproado.

E, naquele momento, o próprio Jornalista Paulo Ubiratã da "Folha de Londrina" que acompanhava o caso no Instituto Médico Legal de Londrina, revoltou-se com tamanha bestialidade, com tamanha estupidez provocada por um delegado de polícia mal preparado para suas funções.

O Sr. José Afonso Júnior - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Em seguida.

E aí, Senhores Deputados, que entra o meu Projeto, um Projeto humilde e que dá idéia ao Governador Roberto Requião que coloque em todas as delegacias de polícia deste Estado uma psicóloga, uma assistente social e um advogado.

O Sr. José Afonso Júnior - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Já lhe concedo o aparte.

Milhares de psicólogas são formadas em universidades e estão desempregadas.

Milhares de assistentes sociais são formadas nas universidades e estão desempregadas.

Milhares de advogados, acadêmicos estão batendo a minha porta para fazer estágio e estão desempregados e poderiam ser ocupados neste meu Projeto para trabalhar nas delegacias de polícia do Estado do Paraná ao lado de psicólogos e de assistentes sociais.

Esta é a minha idéia que quero levar, a partir de fevereiro, transpondo esta parede e chegando ao Palácio Iguazu, para que o Governador possa pelo amor de Deus, enxergar, que nós precisamos caminhar para o ano dois mil, que a segurança não pode retroceder, voltar atrás, caminhar para trás, nós temos que ir para frente, buscar idéias novas e transformar a segurança deste Estado e desse País, numa segurança que vá de encontro aos ideais da família brasileira e do Paraná.

Concedo um aparte a Vossa Excelência.

O Sr. José Afonso Júnior (aparte) - Deputado Luiz Carlos Alborghetti, eu quero apenas dar um testemunho aqui que fomos Deputado na outra Legislatura, e Vossa Excelência desde os primeiros instantes, que adentrou nesta Casa de Leis, tem insistido com um projeto desta natureza. Vossa Excelência imagina, se nós já tivéssemos aprovado o projeto de Vossa Excelência há tanto tempo vem reclamando, vem pedindo, vem insistindo, não teríamos assistido o acontecimento desse crime bárbaro que Vossa Excelência relata nesta tarde.

Vossa Excelência tenha a certeza, de que eu como Deputado do PMDB, votarei favoravelmente para que Vossa Excelência realize não um sonho deste Deputado Luiz Carlos Alborghetti, mas um sonho de toda uma população que necessita deste tipo de apoio: na hora que é detido uma pessoa que não tem condições do delegado fazer uma triagem, ele não tem condições porque ele depende de uma assistente social, de um psicólogo, de um advogado orientado. Vossa Excelência conte com o nosso apoio e

eu não poderia deixar de registrar que Vossa Excelência desde os primeiros instantes, que assumiu a cadeira aqui na Assembléia, tem insistido para que esse Projeto fosse aprovado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Lamentavelmente, esse meu Projeto foi rejeitado. Tinha o Deputado Nereu Massignam, que realmente ele pegava no meu pê, ele ficava em cima de mim, e dizia sempre que não existia dinheiro para realizar esse meu sonho.

Eu fiquei quatro anos nesta Casa, brigando com esse Projeto, ia para dentro, voltava, e diziam: não tem dinheiro para fazer isso Alborghetti, a sua idéia é muito louca, levar psicólogos, assistentes sociais, advogados para Delegacia, isso é uma loucura Alborghetti, para que isso, basta lá Delegado, ele resolve, mas delegado não é assistente social, delegado não é psicólogo.

Será que não é possível nós caminharmos de encontro a um futuro não muito distante e chegarmos a ser um Estado do 1º mundo pelo menos, e termos nas delegacias psicólogos, assistentes sociais, todos... olha gente, eu vivo a área policial, o delegado precisa, Londrina precisa, todos os Municípios do Paraná precisam.

Só para encerrar eu quero dar o aparte ao Deputado Ernani Pudell.

O Sr. Ernani Pudell (aparte) - Nós nos somamos a preocupação de Vossa Excelência nobre Deputado Alborghetti. Realmente é conveniente, necessário a existência de psicólogo e assistente social que dêem uma assistência aos presos que adentrem às delegacias.

Todavia, apenas lembrando que a Constituição Federal da República de 1988, consagrou uma medida importante na democratização do acesso à Justiça, que foi a instituição da Defensoria Pública, e essa Instituição da Defensoria Pública que é o advogado do pobre, ela foi criada pela Constituição e ela depende apenas da regulamentação aqui no Estado do Paraná; o Estado agora tem que regulamentar, criar Defensoria Pública, ela já deveria ter sido regulamentada em agosto de 1988.

Até o momento, nós da Bancada do Partido dos Trabalhadores já cobramos essa regulamentação e até o momento nada. Então é importante que, além do Projeto de Vossa Excelência, que nós cobrimos aquilo que já existe, que é pelo menos o advogado, já seria um avanço que está criado na Constituição. Apenas o Governo não regulamenta a Defensoria Pública que é fundamental pelo menos, que essas pessoas tenham acesso a um advogado o qual poderá pelo menos, dependendo dos casos, como Vossa Excelência

relatou perceber a olho nu que se trata de um problema e aí imediatamente, entrar com uma medida judicial para tentar pelo menos resguardar a dignidade e a incolumidade física dessas pessoas.

Então pedimos a Vossa Excelência e ao mesmo tempo que agradecemos o aparte, que se somem também ao nosso Requerimento a essa nossa exigência, para que o Paraná regulamente de imediato a Defensoria Pública, que é a única forma do pobre ter, também, a sua defesa, dos seus direitos e dos seus interesses.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Olha, eu agradeço.

Só para finalizar Senhor Presidente, eu concordo até que devemos votar e regulamentar isso. E, falando nisso, nós temos que regulamentar muitas leis da Constituição Federal, lá em Brasília. Está na hora de regulamentar uma série de leis importantes, que vêm de encontro à família brasileira, que mora no Estado do Paraná e também em outros Estados. E também temos que regulamentar uma série de leis da Constituição, inclusive uma Emenda minha, de adoção de menores, que foi aprovada na Constituição; Emenda minha, do Deputado Haroldo Ferreira e da Deputada Ironi Pugliesi, nós temos uma Emenda de fundamental importância, que até agora também não foi regulamentada.

Mas, eu gostaria de contar com o apoio dos Senhores. Não agora, final desta Legislatura, mas no ano que vem. Eu gostaria de contar com o apoio de todos os Senhores. Assim como eu parablenzo, aqui, o Projeto do Deputado Carlos Simões, quando ele faz uma crítica construtiva a respeito da Defensoria Pública. Que é verdade, é realidade, não adianta "tampar o sol com a peneira". Mas, vamos aprovar este Projeto, Senhores, vamos colocar, caminhar para a frente e vamos fazer com que o Governador Requião possa fazer a segurança do ano 2.000.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Volto à tribuna, hoje, para falar do rumoroso caso das tarifas, de aumento das tarifas do transporte intermunicipal.

No início do ano, e pelo jeito é costume deste Governo não levar a sério o que atinge o bolso da população mais pobre deste Estado.

No início do ano, fiz aqui acusações ao Senhor Germinal Poccá do aumento que ele deu no início do ano. Aí, o Senhor Germinal Poccá, por alguns dias foi pres-

tigido no cargo e ocorreu que ele foi dispensado do cargo, dentro de poucos dias depois, porque ele não se aclimatou ao cargo que ele exercia, que era o DSTC. Aí assumiu outro cidadão, que é Presidente de uma Zonal do PMDB, chamado Senhor César, e que veio para trazer mais problemas à população carente deste Estado. Digo população carente porque o rico e a classe média, praticamente, andam de automóvel. E o pobre anda de ônibus. O Senhor César veio com um aumento.

E, naturalmente, nós não culpamos o Senhor César Benoliel, mas culpamos, sim, o Governador do Estado pela falta de responsabilidade e culpamos também o irmão do Governador, por tráfico de influência.

Agora, para nosso espanto, depois que fizemos a denúncia, na semana passada, aqui, e depois da instauração da CPI, pelo Deputado Ademar Traiano, a RODOPAR, realmente está preocupada. Estão aqui, todos os Senhores Deputados receberam um envelope dando esclarecimentos do aumento das tarifas. Só que isto aqui, para mim, é mais uma enrolação da RODOPAR. Porque se a RODOPAR quisesse, realmente, explicar e não confundir os Senhores Deputados, eles teriam uma outra forma e um outro jeito de explicar.

Porque é que a RODOPAR não trouxe aqui neste relatório, o aumento que foi dado para as linhas que ligam Londrina, que ligam Guaíra, que ligam Umuarama, União da Vitória, Guarapuava, para que nós pudessemos aqui fazer uma análise da situação. Mas não, eles trazem aqui um relatório que você precisa fazer especialização para decifrar o que escreveram, porque é muito melhor confundir do que explicar. E a RODOPAR está fazendo isso!

Venho a esta tribuna para fazer esta denúncia, e dizer a RODOPAR que eles podem até fazer relatórios enrolados, mas não vão enrolar os Deputados desta Casa. Não vão conseguir, de forma alguma, acredito no Deputado Ademar Traiano que eles não vão conseguir enrolar a CPI que foi instaurada nesta Casa. Esta CPI deixou muita gente preocupada! O Palácio Iguaçu está muito preocupado! Por que esta preocupação de trazer esta explicação aqui, a nós Deputados? Não existe motivo de ter esta preocupação! Por que a RODOPAR comprou páginas e páginas dos jornais, no último final de semana, para dar aquela explicação que tinha nos jornais? É de se estranhar esta preocupação.

Com a palavra o Deputado Geraldo Cartário.

O Sr. Geraldo Cartário - Agradeço o aparte e quero lhe cumprimentar, Deputado, pelo grande conhecimento, pelo conhecimento profundo que Vossa Excelência tem de-

monstrado com relação ao transporte coletivo, meus parabéns, realmente Vossa Excelência é um "expert".

Eu queria dizer a Vossa Excelência, nobre Deputado, de que esta preocupação do Palácio Iguaçu não é verdade. O Palácio não está preocupado. Eu tive a oportunidade de conversar com Sua Excelência o Governador, e o Governador, pelo que ele nos relatou, realmente ele não presenteou estas empresas com aumento de tarifa.

Eu vou lhe dar uma explicação, se eu lhe der Cr\$ 100.000,00, para que Vossa Excelência vá até o Rio de Janeiro e se Vossa Excelência for de carona, ganhou Cr\$ 100.000,00; se Vossa Excelência for de ônibus ainda tem um troco, mas na hora em que eu lhe dou Cr\$ 100.000,00 e exijo que Vossa Excelência vá de avião, Vossa Excelência terá prejuízo, porque a passagem de avião, para o Rio de Janeiro, ida e volta, é Cr\$ 200.000,00 e não 100.

O Governador, preocupado com a segurança do povo, especialmente nessas grandes distâncias, como Londrina, como Foz do Iguaçu e tantas outras, o Governador estudou profundamente a reivindicação das empresas, que era muito maior do que o que foi concedido. E o Governador, para que estas empresas, dentro de um prazo preestabelecido coloquem ônibus novos, renovem a frota, que foi a exigência do Senhor Governador. Realmente Sua Excelência o Governador não presenteou, foi o contrário, estas empresas vão ter um prejuízo porque vão ter que assumir a responsabilidade de imediatamente renovar esta frota.

Por este motivo eu peço a Vossa Excelência que representa o interior e aos demais Deputados aqui presentes, que também são do interior do Estado, que fiscalizem, e vamos dar este prazo que eu não sei qual é este prazo, mas sei que não é longo, e vamos fiscalizar se realmente estas empresas colocam ônibus novos ou não. Se não colocarem eu realmente sou a favor de sua profunda capacidade de analisar o transporte coletivo do Paraná.

Era este o meu aparte e eu queria dizer também que eu fui a favor de seu Pedido de Informação, sou adepto desta CPI que foi instalada para se apurar quaisquer irregularidades.

Obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI - Senhor Presidente, uso o horário da Liderança do PSDB, concedido pelo Deputado Tadeu Lúcio Machado.

Deputado Geraldo Cartário, quero dizer que não sou "expert" em transporte, mas sou como aqueles cães do aeroporto, sentindo pelo olfato a maconha, eu sinto onde tem o cheiro da maracutaia. E isto, nós não podemos nos calar aqui nesta Assem-

blêia.

Com a palavra o Deputado Dr. Rosinha.

O Dr. Rosinha - Agradeço o aparte, primeiro para dizer que estou com pena dos empresários que vão ter prejuízo para repor a frota nova, nós vamos ter que fiscalizar os coitados porque o prejuízo vai ser medonho, pelo que falou o Deputado Geraldo Cartário.

Em segundo lugar, num documento da RODOPAR eles colocam:- do quilômetro 0 ao quilômetro 701 a tarifa deste ônibus estaria 28,19% em relação aos mais curtos. Num documento do DSTC, distribuído ontem nos Gabinetes, colocam que esta queda é de 50%, quer dizer, já não bate uma com a outra.

Num documento do dia 23 de outubro, Ofício nº 090/91, que a própria RODOPAR distribuiu, ele solicita um reajuste de 34,45%. O Governo foi bonzinho, deu cerca de 90%, com pena dos empresários, porque eles podem falir. E mais alguns detalhes:- aqueles documentos distribuídos pelo DSTC, nos gabinetes dos Senhores Deputados, mostram e em vários momentos tentam provar que a tarifa está correta, mas em nenhum momento demonstra a influência da carga transportada em relação às tarifas, uma diminuição que teria.

Quer dizer, há irregularidades nessa concessão de reajuste de tarifa e assim como já houve irregularidade na outra concessão quando o Germinál Poccã fez e que perdeu o cargo, não foi por causa de peso de ônibus não, nós sabemos perfeitamente, esta CPI vai provar porque que ele perdeu o cargo, não foi por causa de peso de ônibus, foi porque a tarifa foi muito acima e alguém acabou levando por fora.

O SR. VALDIR ROSSONI - É de se admirar que o Governo do Estado esteja preocupado das pequenas e das grandes distâncias, e não está preocupado com o salário do trabalhador. Será que o salário do trabalhador de Londrina é diferente que o salário do trabalhador de União da Vitória, segundo o que sabemos, é igual, e pelo jeito o Governo do Estado está mais preocupado não com o salário do trabalhador, mas sim com as distâncias e, se essa injustiça existia também a responsabilidade é do PMDB, porque essa injustiça existia no Governo anterior, está sendo corrigido agora.

Então, que um dos lados, ou o anterior, ou o de agora que venha dar as explicações cabíveis para o caso.

Com a palavra o Deputado Ademar Traiano.

O Sr. Ademar Traiano - Nobre Deputado Valdir Rossoni, V. Ex.^a traz à tona novamente, um assunto extremamente polêmi-

co levantado por Vossa Excelência em uma das sessões desta Casa, do qual nós tomamos a iniciativa de encaminharmos à Mesa um requerimento, solicitando a instalação de uma CPI para apurarmos as possíveis irregularidades acontecidas na calada da noite neste aumento abusivo, que acaba refletindo diretamente no bolso do assalariado paranaense.

Na verdade a química usada por este Governo nós não conseguimos entender.

Parece-me ser totalmente diferente da prática dos Governos anteriores quando o aumento das passagens e, aqui está um ex-Secretário dos Transportes, com certeza poderia confirmar a todos os Parlamentares como acontecia no passado, quarenta e oito horas antes se publicava em Diário Oficial, nos jornais, e após isso, dava-se o aumento às empresas; mas, após um rigoroso exame de custo, custo este que na verdade tinha um único objetivo, dar equivalência ao aumento das passagens em todas as linhas do interior do Estado, o que não acontece nesse aumento concedido pelo diretor do DSTC, o Senhor Benoliel, que na verdade deveríamos chamar de benevolente e não Benoliel, porque concedeu na verdade um aumento abusivo.

E eu gostaria, para explicar melhor aos Parlamentares, dar um exemplo claro deste aumento abusivo concedido às empresas de transporte coletivo do Estado. Francisco Beltrão, que é uma das cidades nossas, da região Sudoeste do Paraná, a 500 quilômetros de distância, em setembro deste ano, uma passagem estava na casa de Cr\$ 3.200,00; em novembro a passagem chega a Cr\$ 10.105,00; nós atingimos em apenas dois meses e meio 215,6% em aumento nas passagens concedidas por esse Governo às empresas de transporte coletivo.

Preocupou sim, com certeza, o Presidente do Sindicato das empresas de transporte coletivo e a nossa CPI, que deverá ser instalada na Assembléia; tanto é que, imediatamente, em apenas três dias trazem para esta Casa um farto material de um custo elevado para provar aos Senhores Deputados de que realmente não houve maracutaia nesse aumento das passagens.

Eu gostaria de perguntar aqui pelo gráfico que apresenta a RODOPAR, dizendo de que 82,5% da população paranaense que utiliza-se do transporte coletivo em distâncias menores no Paraná, sofreu apenas 42% de aumento. Eu pergunto se o salário-mínimo de quem mora em Ponta Grossa, Irati ou qualquer outra cidade aqui próximo de Curitiba é diferente do salário-mínimo de quem mora em Francisco Beltrão, Guaíra, Foz do Iguaçu, Maringá que atingiu até 91% de aumento na passagem de Curitiba à Maringá.

Portanto, é uma aberração que esse Governo que tenta mostrar que é um Governo transparente, comete com aqueles que, na verdade, são os grandes aviltados e foram achacados nos seus bolsos com o aumento excessivo das passagens de transporte coletivo.

Para concluir, com a aquiescência de Vossa Excelência, o Governador Requião em nota publicada nos jornais, cobra do Prefeito de Londrina para que reduza as passagens, que aumentou excessivamente, quando nós temos dados do transporte coletivo municipal que o Prefeito de Londrina aumentou no mês de novembro 21,5% e no mês de dezembro apenas 30%.

Porque esse Governador não vem a público provar à população paranaense esse aumento aviltante das passagens, com certeza o compromisso dele para com os empresários paranaenses é bem maior do que para com os eleitores humildes, aqueles que ele dizia quando em campanha em palanque, de que faria um Governo voltado para a população mais necessitada nesse Paraná.

Este é o exemplo do governo transparente que a Assembléia deve cobrar e apurar a responsabilidade através dessa CPI, aqui nesta Casa.

O SR. VALDIR ROSSONI - Para concluir.

Vejam a explicação que eles dão. Eles dizem aqui numa justificativa de que as passagens que aumentaram mais, foram aquelas que viajam só turistas e comerciantes e as que aumentaram menos foram aquelas que viajam os operários. Quer dizer então, que em Francisco Beltrão, só viaja turista e comerciante, lá não viaja operário.

Era só.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a hora do expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, na qualidade de líder do P.S.D.B., constante do expediente, indicando seu nome para representar a CPI que apurará irregularidades no processo autorizatório do aumento de passagens de ônibus.- A Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, comunicando sua ausência em Plenário nesta data, atendendo solicitação partidária, devendo dirigir-se a Brasília.- A Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente.

Necessita de apoio.- Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constantes do expediente. Necessitam de apoio.- Apoiados. A Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constantes do expediente. Necessitam de apoio.- Apoiados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando a inversão de discussão e votação da Ordem do Dia da presente sessão.- Aprovado.

De conformidade com o requerimento de inversão acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 441/91, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM nº 79/91, que aprova o Plano Plurianual para o período de 1992/95, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Orçamento. Com SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 440/91, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM nº 78/91, que dispõe sobre o Orçamento Fiscal, o Orçamento Próprio da Administração Indireta e o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista para o exercício financeiro de 1992. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Orçamento. Com SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. Em votação.

O SR. ERNANI PUDELL (Para Encaminhar) - Inicialmente, este Deputado quer manifestar a nossa preocupação, tendo em vista que o Projeto, não o Projeto mas principalmente o Substitutivo do Relator, chegou ao nosso conhecimento apenas esta manhã e se tornou impossível uma análise do mesmo.

Além disto, queremos aqui manifestar algumas discordâncias tanto quanto ao projeto, como quanto ao substitutivo, embora reconhecendo o trabalho do Deputado Heinz,

a postura realista com que o Deputado procurou tratar esta questão, reconhecendo a superioridade da bancada governista na questão do orçamento, tentando com isto elaborar um substitutivo que fosse possível ser aprovado pelo conjunto da Casa e evitar que, mais uma vez, o rolo compressor se instalasse aqui.

Todavia, ao analisarmos o substitutivo, chegamos à conclusão que é melhor sermos derrubados lutando do que capitularmos ao Governo.

Vejam bem, o orçamento que o Governo mandou, a Mensagem, praticamente, dá um cheque em branco ao Governo. Esta Assembleia irá se limitar a, quando muito, aprovar projetos de emancipação de municípios, concessão de títulos de Cidadão Honorário, declaração de utilidade pública. É basicamente nisto que irá se resumir o trabalho da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Antes ainda, tínhamos a atribuição de sermos um cartório, onde se carimbavam as mensagens de suplementação do Governo. Aparentemente nem isto mais e a partir de agora, mais este trabalho a Assembleia terá. Seremos, efetivamente, um Poder capenga, Poder que não usará das prerrogativas que a Constituição e o regime democrático estabelecem.

Por exemplo, nós postulamos, através de uma emenda, que a correção das dotações de pessoal estivesse vinculada aos aumentos do funcionalismo público. Ou seja, ao mesmo tempo em que o Governo reajusta seu orçamento, reajusta-se automaticamente também a folha de pagamento. Nada mais justo. Inclusive acabaríamos com a necessidade do Governo enviar mensagens à Assembleia para concessão de reposição salarial e muitas vezes as mesmas têm sido utilizadas como pretexto para que se atrase a concessão destes reajustes. E, felizmente, esta emenda também não foi acatada.

Procuramos, também, excluir os convênios, os pagamentos de encargos da dívida externa, da possibilidade de suplementação por decreto, conforme prevê o artigo 7º da Lei. Também, é importante para que a Assembleia Legislativa do Paraná tivesse conhecimento prévio, e poder de deliberação sobre a postura do Governo, as atitudes do Governo, na questão do pagamento da dívida e, principalmente, para firmar convênios. Mais uma vez, esta emenda importante não foi acatada. O Governo do Estado pode suplementar o orçamento, pagar as dívidas, sem que a Assembleia Legislativa do Paraná possa usar do seu poder de interferência e de análise nesta questão.

Vejam bem, mais uma questão extremamente delicada. Na mensagem original o Governo pede a possibilidade de abertura de crédito suplementar até 15% da totalidade

do orçamento. Com o substitutivo essa redução passou de 10 para 15%, até aparentemente uma vitória, só que existe um fato interessante, a análise do orçamento da Lei, da proposta do Governo deixa claro que o Governo do Estado poderá deslocar até 10% da totalidade do orçamento para uma unidade do orçamento, ou seja, o Governo ficará com tamanha margem de manobra que convenhamos, o nobre Relator sabe disso, esse orçamento aqui cumpre se quiser, porque tal a margem de manobra de deslocamento pegar 10% do total da receita e incluir, por exemplo, na Secretaria de Segurança, que tinha previsão de 3% passa a ter 13%, ou na propaganda.

Essas são as questões que nos preocupam. E o que é pior, a Assembleia Legislativa do Paraná fica sem o instrumento de fiscalização eficiente nesta questão. Sabemos, também, da superestimação da receita que foi feita pelo Governo do Estado. Então nós teremos aparentemente muitas emendas contempladas atendendo a vaidade, aos interesses dos nossos nobres Pares, só que uma coisa é o orçamento aprovado, bem diferente, certamente será o orçamento realizado.

Então, de forma que nós da Bancada do Partido dos Trabalhadores lamentamos profundamente pelo andar da carruagem, pelo que se vislumbra num futuro próximo que a Assembleia Legislativa do Paraná estará abrindo mão de suas prerrogativas, nós teremos um Poder ainda mais forte, o Poder Executivo, poder absoluto, um poder que terá uma capacidade de manipulação desse orçamento extraordinário, sem precedentes na história, e essa capacidade de manipulação de deslocamento, realocação de recursos em grande parte poderá ser feita sem a interferência a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

De forma que nós, Senhor Presidente, em primeira votação, tratando-se do Projeto original do Governo que no nosso entendimento fere profundamente a autonomia do Poder Legislativo, e nós votaremos contra o Projeto e a Lei orçamentária.

O SR. MARIO BEZERRA - (Para encaminhar) -

Sr. Presidente, embora reconhecendo o trabalho incansável do relator da Comissão de Orçamento o Deputado Heinz me reserve o direito de votar contra, porque infelizmente, nas negociações com o Governo para o acerto do orçamento as minhas emendas foram praticamente desconsideradas. E, em considerando que, acima dos interesses do Paraná eu tenho os meus interesses com meus eleitores, meus compromissos de campanha, não poderia votar como está, portanto, respeitando o relator e o Presidente da Comissão de Orçamento assim como os nobres companheiros que estarão votando

favoravelmente ao anteprojeto eu me reservo o direito de votar contra o presente orçamento.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam o Projeto conservem-se como estão.

Aprovado, com exceção da Bancada do PT e do Deputado Bezerra.

Tendo em consideração o exíguo prazo que nós dispomos para a votação do orçamento a Mesa consulta ao Plenário e atendendo as alegações do Deputado Pudell que recebeu o substitutivo só na Sessão de hoje, se fará uma Sessão na sexta-feira, uma Sessão extraordinária às 10:00 horas da manhã ou poderemos fazer essa Sessão na segunda-feira.

(É consultado as Lideranças, voto vencido para segunda-feira).

É marcada para segunda-feira, uma Sessão normal, às 14:30 horas para apreciação do substitutivo geral.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Requerimento de nº 3344, de autoria dos Srs. Deputados Tadeu Lúcio Machado, João Arruda, Nelson Justus e demais Srs. Deputados, constante do expediente. Deferido.

Requerimento de nº 3334, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3330, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) - Sr. Presidente, embora a matéria já esteja deferida por V.Exa., nós queremos levantar uma questão de ordem, no sentido de que se esclareça ao Plenário, porque nós em consulta a nossa assessoria preliminarmente, estamos desenvolvendo estudos a respeito; vemos que a questão do número de integrantes de uma CPI deve ser definido e estabelecido por ocasião dessa CPI e quando da constituição da CPI que trata dos assuntos ligados as tarifas do transporte do Estado do Paraná, a mesma foi proposta e aceita, instituída e constituída por V.Exa. por sete membros e nos é chegado ao conhecimento de que um requerimento pedindo a ampliação para nove foi aceito pela Mesa e deferido esse aumento.

Nós gostaríamos de esclarecimentos a respeito, porque no nosso entendimento esse número já foi estabelecido e não poderia ser aumentado.

O SR. ERNANI PUDELL - (Pela Ordem) - Sr. Presidente, a inflação também foi 30, mas os preços das passagens passou de 80, então inflacionamos a CPI também.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - A Mesa deferiu o requerimento, a comissão ainda não está instalada e recebeu a assinatura de 22 Srs. Deputados e ela pode ser alterada e nessas condições a Presidência deferiu e mantém a sua decisão.

Requerimentos de nºs 3326, 3327, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3328, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

O SR. MARIO BEZERRA - (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu gostaria de saber desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 138/91 que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de 120 milhões.

O SR. MARIO BEZERRA - Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Requerimentos de nºs 3329, 3331, 3332, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3324, de autoria do Sr. Deputado João Preis, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3335, de autoria do Sr. Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3336, de autoria dos Srs. Deputados Nelson Garcia, José Tavares, Erondy Silvério e demais Srs. Deputados, constante do expediente. Em discussão.

A SRA. EMILIA BELINATI - (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de nº 3337, de autoria do Sr. Deputado Dalton Machuca, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3343, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3290, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior. Retirado pelo autor.

O SR. ERNANI PUDELL - Voto contrário da Bancada do PT, Sr. Presidente.

O SR. MARIO BEZERRA - (Pela Ordem) - Sr. Presidente, o que diz a transcrição? O que diz a nota?

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - "Acredito e sou PMDB."

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) - Dada a polêmica que está acontecendo, eu requeiro a retirada do nosso Requerimento e depois darei ciência aos Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Composição da Comissão Especial Parlamentar de Inquérito com alteração de 7 para 9.

PMDB - 2, PST - 1, PFL - 1, PTB - 1, PDT - 1, PRN - 1, PSDB - 1, PT - 1.

Solicito aos Líderes que façam as indicações respectivas do seu Partido.

O SR. Dr. ROSINHA - Sr. Presidente, só lembrando: com quarenta e oito horas, de acordo com o Regimento Interno, após isto, indicado pela Mesa.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - A Mesa informa a V.Exa. que a indicação só se fará efetiva e regular quando for publicada no Diário Oficial da Assembléia e o Diário Oficial do Estado para constituição da Comissão e a sua conseqüente alteração.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) - Se

nós entendermos ainda, já que a CPI não está funcionando, de aumentarmos esse número para 15, eu pergunto a V.Exa. se é possível, dado a inflação?

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Se V.Exa. trouxer as assinaturas correspondentes, o critério será o mesmo.

O DR. ROSINHA - Sr. Presidente, se o PMDB assim agir, a gente pede que seja de urgência e que depois dêem "quorum" na CPI para não fazer a mesma coisa que fizeram com a Saúde, onde era maioria e não davam "quorum". Então, a gente está achando que isto, fazer isto para esvaziar para que a gente não possa trabalhar como fizeram na CPI da Saúde.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - A Mesa vai adotar o recurso regimental: se os Partidos não indicarem nos prazos regimentais, a Mesa o fará.

Segunda-feira, Sessão Ordinária, Projeto de Lei que estabelece o Plano Plurianual, n°s 441/91 e 440/91.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 09, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - Dos Projetos de Lei n°s 441/91 e 440/91.

Levanta-se a sessão.